

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DE
UM MUNICÍPIO DA
AMAZÔNIA:
a chegada do
“Desenvolvimento” em
Moju/ PA (Década de
1980)**

HISTORY AND MEMORY IN AN
AMAZONIAN TOWN
The Arrival of 'Development' in
Moju, Pará in the 1980s

HISTORIA Y MEMORIA DE UN
PUEBLO DE LA AMAZONIA
La llegada de "desarrollo " en
Moju / PA (1980)

**Fabiano de Oliveira Bringel¹
Elias Diniz Sacramento^{2, 3}**

RESUMO

Este artigo tem por finalidade mostrar algumas transformações ocorridas em Moju, um município da Amazônia no início da década de 1980, quando a região foi 'tomada' pela chegada de diversos projetos agroindustriais pautados nos ideais desenvolvimentistas dos militares. Tais mudanças foram de grandes impactos para os moradores do município, onde ainda hoje tem em suas memórias esse difícil período da história. As diversas conectividades que o município começa a ter com expansão capitalista são destacadas como: a imigração japonesa, a opção rodoviária, a instalação dos grandes projetos e a presença seletiva do Estado. Isso tudo discutido a partir da fala de lideranças camponesas na região.

¹ Geógrafo. Mestre em Agriculturas Amazônicas (UFPA) e Doutor em Geografia (UFPE). Docente do Curso de Geografia da UEPA e Coordenador do Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia – GPTECA/UEPA e do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Camponato – LEPEC/UFPE. E-mail: fabianobringel@gmail.com.

² Historiador. Mestre em História Social da Amazônia (UFPA) e Doutorando em História Social da Amazônia (UFPA). Docente do Curso de História da UFPA Campus de Cametá. Membro do Grupo de Pesquisa História do Tempo Presente na Amazônia (UFPA CNPQ). E-mail: edsacramento@ufpa.br.

³ Endereço de contato dos autores (por correio): Universidade do Estado do Pará. Grupo de Pesquisa Territorialização Camponesa na Amazônia – GPTECA/UEPA. Rua do Una, nº 156, CEP: 66113-200, Belém, Pará, Brasil.

PALAVRAS CHAVES: Moju, Amazônia, Projetos agroindustriais, desenvolvimento, conflitos.

ABSTRACT

This article aims to show some of the changes that occurred in Moju, a municipality in the Brazilian Amazon, during the early 1980s, when the region was 'taken over' by the arrival of several agroindustrial projects guided by the ideals of the developmentalist military. Such changes were of great impact for the residents of the city, who still remember this difficult period of history. Among the most prominent changes the municipality began to experience with the capitalist expansion were Japanese immigration, the option of overland travel, the initiation of large-scale development projects, and the selective presence of the state. This article discusses these changes from the perspective of the region's rural peasant leadership.

KEYWORDS: Moju, Amazon, agroindustrial projects, development, conflict

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo mostrar algunos cambios que ocurrieron en Moju, un pueblo de la Amazonía en la década de 1980, cuando la región fue 'tomada' por la llegada de varios proyectos agroindustriales guiadas por los ideales de los militares desarrollista. Estos cambios fueron de gran impacto para los residentes de la ciudad, que todavía tiene en sus memorias este difícil período de la historia. Las diversas conectividades que la ciudad comienza a tener con la expansión capitalista se destacan como la inmigración japonesa, la opción rodoviaria, la instalación de grandes proyectos y la presencia selectiva del estado. Todo esto se discute desde el discurso de los líderes campesinos de la región.

PALABRAS CLAVE: Moju, Amazon, proyectos agroindustriales, desarrollo, conflictos.

Recebido em: 28.02.2016. Aceito em: 19.03.2016. Publicado em: 30.05.2016.

Apresentação

O Estado do Pará possui títulos nada convencionais ou que orgulhe algum paraense. Campeão de assassinatos no campo e de trabalhos escravos são apenas alguns destes, fora os da lista de *'marcados para morrer'*, lista de pessoas que estão envolvidas em algum movimento social ou ativistas. Os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) entidade ligada a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil são taxativos neste sentido. De dimensão continental, o Estado paraense tem mostrado que quase tudo é permitido nestas terras. São tantos mandos e desmandos que muitas coisas que acontecem em certas partes, nem chegam ao conhecimento das autoridades, sejam locais ou na capital Belém.

O Pará apesar de seu tamanho, apresenta número pequeno de municípios, apenas 144, existem vários destes que também possuem dimensões significativas, visto que possuem tamanho superior a vários países europeus. Neste caso, em vários deles os problemas relacionados à extrema violência são gritantes. Um caso interessante pode ser observado no município de Altamira: Castelo dos Sonhos, um distrito que fica há mais de mil e cem quilômetros da sede do município. Uma distância consideravelmente grande. Ali residiam até o ano de 2005 mais de doze mil pessoas. No entanto, a grande questão se deve ao fato da morosidade das leis, uma vez que tramita no Congresso Nacional pedido para que esta localidade possa emancipar-se. Não bastasse, a distância de Altamira da capital Belém é outro fator que pesa, fazendo com que a maioria das pessoas fora da região nem tenham ideia por onde fica essa localidade.

A distância política e o isolamento em relação à ação do Estado, Castelo dos Sonhos é um típico caso no Pará, em que mandos e desmandos acontecem e quase nada é feito. Um dos casos marcantes ocorreu ano de 2002, quando Bartolomeu Moraes da Silva, conhecido popularmente como *Brasília*, líder sindical e militante do Partido dos Trabalhadores, "*advogado*" do povo, foi morto no dia 21 de julho

(SAUER, 2005: p. 128). Presos os suspeitos de sua morte, foram a julgamento, mas nunca foram condenados. Prova de que a impunidade reina no estado paraense.

Por que este caso e tantos outros neste Estado foram tão comuns no final do século XX e ainda o são no início do século XXI? Por que tantos crimes, assassinatos de trabalhadores rurais, lideranças sindicais, religiosos, advogados, ativistas, indígenas, quilombolas entre outros que foram registrados aconteceram? A resposta mais direta está associada à chegada dos Militares ao poder com o Golpe no ano de 1964. Depois de tomarem posse, esses governantes olharam pra região amazônica e pensaram os chamados grandes projetos desenvolvimentistas. Foi assim que segundo Petit (2003) surgiram os "discursos regionalistas na época do Regime Militar" (p. 256). De acordo com o autor, esse foi o '*divisor de águas*' para a região amazônica.

Este trabalho tem como proposta apresentar várias transformações que ocorreram em um desses municípios no início dos anos 80. O caso aqui a ser apresentado é Moju e o debate se dará nos primeiros quatro anos dessa década. Aqui serão apresentados alguns documentos para dar embasamento. Será também feito uso de memória de pessoas que foram entrevistadas no ano de 2007 para um trabalho que resultou em uma pesquisa mais completa do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, da dissertação intitulada "As almas da terra: a violência no campo paraense", posteriormente publicado como "As almas da terra: a violência no campo mojuense" no ano de 2012. Como documentos, será feito o uso de cartas e matérias jornais, daquilo que Bacellar (2012) chama de "Arquivo privado", documentos que foram encontrados fora dos arquivos públicos, foram encontrados em poder de algumas pessoas que viveram esse momento. A história oral como uso das entrevistas de sujeitos será aqui utilizado, como afirma Montenegro (1997, p. 197) "que a história enquanto estudo, análise e produção de

um conhecimento acerca do passado, recupera marcas e significados através das mais diversas fontes, entre os escritos orais”.

O Estado do Pará no final do século XX

Em “Conflitos sociais e a formação da Amazônia”, Schmink e Wood (2012) detalham o que se pode chamar de ‘história da Amazônia’, desde o início da colonização em 1616 quando chegou nestas bandas o Capitão-Mor Francisco Caldeira Castelo Branco e expulsou franceses que às escondidas comercializavam com índios da região. Os autores ao apresentarem esta obra comentam os fatos históricos desse passado. Mas é no tempo presente em que procuram focar suas análises em relação às transformações que ocorreram nestas terras, principalmente após o golpe dos militares em 1964, quando, nos afirmam os autores que a Amazônia teria um importante papel nesse novo modelo de desenvolvimento que o país passaria a ter.

A Amazônia desempenhou um importante papel especial no plano geral de desenvolvimento do regime. A riqueza dos recursos existentes, ainda inexplorados, e os grandes territórios pouco povoados na Amazônia fizeram com que a região fosse considerada um bom lugar para absorver investimentos de capital e excedente de mão de obra originários de outras partes do país. Além do mais, os critérios geopolíticos, que figuraram com tanta proeminência na visão dos militares, determinaram a necessidade urgente de povoar áreas vulneráveis ao longo das fronteiras internacionais localizadas ao norte do Brasil. Esses objetivos deveriam ser atingidos por meio de fomento a imigração e colonização, assim como incentivos financeiros para investimento do capital privado na região. A intenção dos militares, na expressão do ilustre estrategista do regime, General Golbery do Couto e Silva, era “inundar a floresta amazônica com civilização” (Schmink e Wood, 2012: p. 101-102).

A autora Violeta Loureiro (1997), ao escrever sobre o conflito de terra na famosa área do município de Viseu, nordeste paraense, então denominada de “Gleba Cidapar”, nos apresenta como os conflitos pela posse da terra estiveram espalhados por diversas regiões no Pará que não pertenciam somente ao Sul e Sudeste do

estado. No caso da Gleba Cidapar⁴, os acontecimentos que levaram a violência se iniciaram na década de 1960, e só terminaram no final da primeira parte da década de 1980, com a morte do Gatilheiro⁵ Quintino, o “herói bandido⁶”.

Ali, nos fala a autora, havia uma área de terras de 60.984ha, que neste período foi para 384.255ha que era parte de Sesmarias e que durante vários anos elas foram se modificando, até se tornarem núcleos coloniais, vários povoados, vilas e que entraram em litígio com empresários do sudeste brasileiro interessados em explorar a grande quantidade de terras com extração de madeira, pecuária e extração de minério. Foi criado o então complexo Cidapar, (Companhia Industrial de Desenvolvimento do Pará), que se estabeleceu no município de Viseu, na fronteira do Pará com o Maranhão. A todo custo, a empresa tentou expulsar os moradores dessas regiões até que apareceu o *Quintino*. Armando Alves Lira, era morador de uma dessas comunidades, que ficava localizada no município de Bragança, próximo de Viseu. Este teve sua casa e roça queimada e por isso tornou-se um espécie de ‘justiceiro’, defensor das causas dos pobres posseiros da região. Fez história na região. Tentou de todas as formas resolver o problema pela lei, mandando comunicados ao Presidente da República José Sarney, Carta ao então Governador do Estado do Pará Jader Barbalho já nos anos de 1980, mas nada foi resolvido. Em uma operação de guerra, a polícia militar do estado do Pará o matou a tiros, “pegando bala de tudo quanto foi lado”. Quintino foi morto no dia 04 de janeiro de 1985, véspera da inauguração do monumento na entrada da cidade de Belém, intitulado Memorial da Cabanagem, quando colonos portugueses pobres, índios, negros

⁴ Sobre o conflito da Gleba Cidapar localizada no município de Viseu a autora Violeta Loureiro escreveu o trabalho intitulado Estado, Bandidos e Heróis Utopia e luta na Amazônia, publicado em 1997 pela Editora Cejup.

⁵ Gatilheiro é um conceito para diferenciar do conceito de pistoleiro. Enquanto o pistoleiro ‘mata’ por dinheiro, por uma recompensa, o gatilheiro ‘mata’ por sobrevivência de um determinado grupo social, pela defesa de seus pares.

⁶ De acordo com o trabalho da autora Violeta Loureiro, “herói bandido” foi um termo criado com uma dualidade para o Quintino. Para os lavradores, ele era um defensor, um herói. Para o Estado, ele não passava de um criminoso, um bandido.

havam tomado a cidade naquilo que ficou conhecido como “eclosão da Cabanagem” (Ricci, 2006: p. 519)

O município de Moju

O município de Moju está localizado próximo da capital paraense, Belém. Distante aproximadamente duas horas de viagem. Também de extensão territorial significativa, com 9.094.135 quilômetros quadrados, faz divisão com os municípios de Acará, Abaetetuba, Baião, Barcarena, Igarapé-Miri, Mocajuba, Breu Branco, Tailândia e Tomé-Açu. Sua origem vem dos anos de 1754 quando um senhor por nome Antônio Dornelles doou uma área para a Irmandade do Divino Espírito Santo, em julho de 1754. Elevado à condição de município em 1889. Porém foi extinto em 1930. Emancipou-se finalmente pela lei estadual 8, de 31 de outubro de 1935.

Porém, este município vai vivenciar seus anos mais difíceis a partir do início dos anos de 1980. Antes, as populações locais viviam uma realidade baseada no extrativismo, na coleta de produtos da floresta e de atividades de agricultura rudimentar. Foram os projetos agroindustriais os grandes responsáveis das mudanças que ocorreram no município, uma vez que suas áreas pretendidas ultrapassavam milhares de hectares para que pudessem por em prática seus ideias desenvolvimentistas, ignorando o modo de vida rudimentar em que vivem os habitantes da região.

O lavrador Francisco dos Reis e Silva, morador da comunidade do Sucuriju relembra que aproximadamente no ano de 1938 a 1942, seus pais chegaram ao município, e que a cidade como um todo não possuía muita infraestrutura, como estradas e vicinais. Para ele a cidade era pouco “desenvolvida”. As primeiras pessoas que trabalharam para ajudarem na construção da estrada que ligava o município mojuense ao de Acará, faziam isso no “*braço*”. Nas décadas de 1960 e 70, o trabalho que existia era voltado para o extrativismo como a plantação da mandioca, cortar

seringa, exploração da malva. Para o lavrador, a situação no município só teve um desenvolvimento maior no início dos anos 80, com o primeiro governador do estado democrático pós Ditadura Militar, Jader Barbalho.

Aí depois no governo do Jader Barbalho que mandou fazer essa estrada, melhorou, tiração de madeira que era o que tinha bastante aqui no Moju e aí o povo foi tendo algum servicinho, já depois de todos esses anos. Mas o Moju sempre foi bom, se não fosse bom não estaria aqui, com certeza, por onde eu andei, eu não taria aqui. Pra mim é um dos melhores lugares que eu tenho, eu não gosto que a pessoa se desfaça daqui do Moju.⁷

Esses projetos, ao chegarem a Moju no final da década de 1970, mudariam a vida das pessoas que viviam no campo, principalmente aquelas que seriam atingidas de forma mais direta. O trabalho de Petit, "Chão de Promessas" (2003), discute transformações econômicas e políticas no Pará no final do século XIX e todo o século XX, apresenta em certo momento a decadência da borracha, e início de outras culturas mais simples, como a juta:

Entre as principais mudanças econômicas ocorridas na Região Norte a partir dos anos 1940. Até a década de 1960, cabe destacar, além do segundo, curto e último ciclo da borracha (1943-1945), o aumento da produção agrícola, sobretudo das culturas de juta e pimenta-do-reino destinadas ao mercado nacional e internacional, ambas introduzidas na região por imigrantes japoneses (PETIT, 2003: p. 66)

Até o início da década de 1980, com a chegada das agroindústrias, o município de Moju não conhecia outra economia que tivesse uma grande estabilidade e pudesse atrair pessoas de outras regiões, fosse para tornar-se empreendedor ou para ser simples trabalhador, "peão" como eram conhecidos e entrarem na mata a fim de iniciarem os trabalhos, para o então "progresso". Fato

⁷ RODRIGUES, Francisco Gomes. Lavrador aposentado. Entrevista realizada em 15/03/2006.

que antes dessa década isso não existia, apenas as famílias que trabalhavam com suas culturas⁸, lavouras brancas.

O ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, Mário dos Santos ou “Mário do Sindicato” como é mais conhecido no município, também concorda quando o assunto refere-se às décadas de 1960 e 70. Nascido em uma comunidade chamada de Pensão Era, localizada as margens do rio Ubá, relembra que os produtos colhidos, principalmente da agricultura, eram todos vendidos em Belém, pois os maiores comerciantes do município, que eram três, Pedro Gomes Nery, Pedro Pereira da Silva e Oscar Miranda, compravam boa parte da produção, mas o excedente era vendido na capital paraense. Nessas duas décadas, a malva foi um dos produtos que mais se destacou, e depois de trabalhada e “secada” esta era enrolada em forma de tubos e comercializada.

A cidade do Moju não era considerada cidade, muitos chamavam de vila que essa história real do Moju mesmo, que foi freguesia, vila, após, muito tempo passar a ser cidade, e era uma cidade muito pacata, muito humilde, mais do que é hoje, em função da popularidade, era um povo muito pequeno, poucas ruas e a gente vinha na cidade e acabava conhecendo grande parte da população que vivia na cidade, isso do comerciante até as próprias pessoas que residiam no Moju, na cidade, grande parte desse povo a gente conhecia, então a gente conhece Moju como sempre ficávamos nesse dia a dia rotineiro de sempre fazer algum tipo de compra na vila, ou seja, na cidade, então a gente tem muito esse contato, essa relação de sempre estar na cidade em função da necessidade que tem qualquer um cidadão que vive lá no interior e que precisa fazer o seu intercâmbio na maioria das vezes na própria cidade local.⁹

A fala do senhor Mário, assim como do senhor Francisco dos Reis, permite entendermos um pouco a história do município, principalmente quando este menciona que o comércio era algo muito restrito, com apenas três pessoas que compravam os produtos em maior número de produção. Isso por si só denota a

⁸ Culturas brancas são chamadas aquelas plantações cultivadas em pequenas quantidades como as de arroz, milho, feijão, mandioca feitas basicamente para a alimentação.

⁹ SOUZA, Mário dos Santos. Ex-presidente do STR de Moju. Entrevista realizada em 28/02/2006.

pouca complexidade de um município que parecia não se desenvolver, pois a produção era feita apenas de produtos, como o entrevistado mencionou, sendo a malva¹⁰ o grande destaque econômico dos anos anteriores aos de 1980.

Por outro lado, um dos grandes problemas e entraves para esse desenvolvimento sem dúvida era a falta de rodovias e transportes terrestres, uma vez que até então o meio de transporte utilizado no município mojuense, e em outros tantos da Amazônia era o fluvial, como bem mencionou na fala acima, quando se precisava comercializar o produto, escoava-se para Belém, feito de embarcação. Ouçamos outra fala, a do senhor Libório.

Ah, nesse período era muito difícil o transporte, aqui em Moju a gente morava..., era muito difícil o transporte, o pessoal tinha que ir a pé, ou a cavalo até nos anos 68 por ai assim, então era um município, era bom de produção, as terra boa, mas, tinha uma dificuldade que era o transporte, e também escola; como a dificuldade que é do campo, que normalmente é essa dificuldade né.¹¹

O senhor Aldenor, morador da comunidade de Sucuriju, próximo da área urbana, também compartilha destas lembranças, de como era o município antes da construção das rodovias pelo governo estadual, lembrando das dificuldades que tinham os habitantes em fazer suas viagens e escoar os produtos. Para ele, não existiam estradas, existia sim, um caminho feito por algumas pessoas que extraíam madeira, mas de forma muito precária, e assim, muitas pessoas aproveitavam esses "caminhos" pra se deslocarem para as pequenas comunidades que começavam a se instalar de forma tímida. O primeiro carro que percorreu essas trilhas, de acordo com a lembrança deste, foi "um carro de boi", puxado por uma "carrocinha". Foi posterior a isso que apareceu um caminhão da prefeitura que servia para escoar alguns tipos de produtos como farinha, arroz, malva e legumes dos colonos. A prefeitura de Moju

¹⁰ Juta como é mais conhecida, serve para fazer produtos como bolsas e outros derivados.

¹¹ SANTOS, Manoel Libório Ferreira dos. Ex-presidente da CUT Guajarina, Ex-presidente da Fetagri e ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju. Entrevista realizada em 15/02/2006.

não contava ainda com máquinas que pudessem melhorar a estrada, e nesse caso quem fazia este tipo de trabalho eram os agricultores. A maior parte das viagens para se chegar nos municípios próximos como Acará, Tomé-Açu e Belém era feito via navegação fluvial.

Os moradores do rio Ubá, eles passavam uma semana pra fazer uma viagem em Belém levar os produtos deles naqueles batelão, era remo, não existia motor, ninguém conhecia. Então o meio de trafegar tudo era pelos rios e igarapés, estrada não tinha naquele tempo, já veio a surgir estrada no ano 70, do primeiro mandato do Tenente Reis pra cá que ele conseguiu trator e mandou rasgar a estrada chamada colônia Pirateua, até no Luso ele mandou abrir estrada, já no ano de 73 conseguiram ligar, e no ano de 78 foi feito a estrada Moju-Tailândia, tudo no barro, não era empiçarrado e os carro era os mínimo que tinha, passava dois três dias pra fazer uma viagem no Acará, que as pontes tudo quebrado, era por cima de pinguelo.¹²

As dificuldades com a falta de transporte faziam com que as pessoas não produzissem em grandes quantidades seus produtos, pois não tinham meios de transportes mais eficazes para conduzir até a área urbana do município. Documentos encontrados na igreja Católica de Moju da década de 1980 como cartas, reportagens de jornais, abaixo-assinados, apresentam bem o problema da falta de transporte na então rodovia PA 252, que ligava o município de Moju ao de Acará. Os documentos nos permitem ter uma ideia sobre a precariedade da falta de transporte coletivo para levar passageiros e cargas a partir da localidade do Jupuíba até a cidade de Moju e Abaetetuba. A documentação nos diz que eram apenas dois ônibus, e que não conseguiam dar conta da demanda. É possível perceber nestes documentos a qualidade do transporte, mostrando que a estrada era de piçarra e que os motoristas não respeitavam os passageiros. Outras denúncias são visíveis neste período como foi apresentado em uma carta no dia 13 de dezembro de 1980.¹³

¹² SILVA, Aldenor dos Reis e. Ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju. Entrevista realizada em 08/01/2006.

¹³ Carta enviada ao prefeito de Moju. Fonte: Paróquia do Divino Espírito Santo de Moju.

Na carta endereçada ao chefe de Divisão de Trânsito, o senhor conhecido por Camacho, os trabalhadores rurais de várias comunidades como Sitio Bosque, Poacê, Ateua Grande, Pirateua, Olho d'água, Jupuíba, Ipitinga e Santana do Alto reivindicavam uma serie de melhorias nesse meio de transporte. Para os moradores dessas comunidades, existiam varias irregularidades na empresa do senhor Humberto Martins, que era mais conhecida por "Esperança do Moju". A denúncia começava pelo fato da empresa possuir apenas dois ônibus e que suas linhas deveriam ser Moju-Acará e Moju-Abetetuba, e dessa forma estes carros não eram suficientes, sendo que várias vezes era necessário esperar um ônibus de uma linha diferente para fazer a condução do passageiro. A denúncia prosseguia frisando que os carros eram muito "velhos" e não davam segurança, pois muitas vezes não possuíam nem freio e nem luz, não tinham horário fixos. Muitas vezes os passageiros eram obrigados a descerem "na lama ou na chuva" para empurrarem. O preço da passagem era outra queixa. Maus tratos eram bastante comuns, como xingamentos pelo motorista e cobrador, como podemos perceber no trecho da carta abaixo:

Quando falta ônibus da referida empresa e o passageiro apanha outro, é xingado pelos cobradores da mesma. Aconteceu que o dono da empresa, sr. Humberto Ferreira da Silva, fez uma velha senhora pagar outra passagem só por que a mesma entregou o talão já rasgado. Outro passageiro desceu, entregou o talão e subiu novamente para tirar seu embrulho. O dono da passagem cobrou-lhe outra passagem. Para 30 km o passageiro paga a importância de Cr\$ 40,00; para 8 km paga o mesmo preço, ou seja, Cr\$ 40,00. Também queremos saber se é obrigatório criança de menos de 10 anos de idade pagar a mesma passagem do mesmo preço do adulto. Gratos pela atenção, pedimos providencia e nós assinamos, juntos com os mesmos amigos que sentem o nosso problema.

Em fins da década de 1970, os moradores da zona rural já começavam a questionar as autoridades para os grandes problemas que lhes afetavam, principalmente a falta de transporte para o escoamento da produção, bem como para o transporte dos passageiros. Por isso, foi marcado 14 itens da reivindicação, que foi enviado ao chefe da divisão de trânsito, como era chamado na época o

responsável pelo setor de transporte, ou secretário de transporte. O que parecem ser reclamações simples, para os moradores são carregada de revoltas, uma vez que apenas dois ônibus não eram suficientes para uma população em franco crescimento, já na década de 1970 e início da década de 1980.

Outro carta, desta vez endereçada ao prefeito municipal Tenente Reis, vai além nas reivindicações. Neste documento, assinado apenas pelos moradores das comunidades do Ateua Grande, Jupuúba e Pirateua e que haviam se reunido no dia 09 de fevereiro de 1980, resolveram cobrar melhorarias no ramal da comunidade do Jupuúba, pois o inverno dificultaria muito a saída desses moradores. Exigiam um horário fixo para o transporte "*Esperança do Moju*". Isso se devia ao fato de muitos moradores terem que se acordar em horários diferenciados a noite para esperarem condução, que alguns casos chegavam ser extremos, como 03:00 hs da manhã e outros as 05:00 hs, 06:00 hs da manhã. No que se refere a educação formal, também preocupava os moradores dessas três comunidades, pois não existia horário fixo na escola, carteiras suficientes para os alunos. Exigiam melhores salários para os professores, melhores serventes para as escolas, como é mostrado no trecho do documento.

Queremos serventes mais higiênicas, que tirem as baratas dos filtros sem tampa e façam merenda cozida para não prejudicar a saúde das crianças. Queremos professora que trabalhe todos os dias da semana salvo caso de doença, pois a atual falta mais do que trabalha. Queremos carteiras, pois as crianças não podem sentar-se no chão. Queremos 2 filtros de água, pois as crianças não podem ficar com sede. Queremos sanitários. Queremos professores suficientes para todas as crianças, pois há 17 crianças sem estudar. Sr. Prefeito, as nossas angústias não têm limite, mas nossas disposições também não têm limite. O Sr. Foi colocado no cargo máximo do município pelo povo, e por isso tem o dever de resolver os problemas do próprio povo. E por este motivo lhe relatamos tudo isso e esperamos que atenda as exigências trazidas pela comissão e tome as providências necessárias¹⁴.

¹⁴ Carta enviada ao prefeito de Moju. Fonte: CPT Regional Norte II, Belém – Pará.

Além dessas reclamações, outras causavam revoltas, pois como podia um município não dar condições para a população rural produzir e comercializar seus produtos, além da falta de transporte para os alunos, onde as empresas não queriam fazer a condução sem que os mesmos não pagassem por seus transportes, o que acabava gerando sempre novos impasses, uma vez que a prefeitura não dispunha de um transporte alternativo para fazer a condução desses alunos.

Porém, a abertura de rodovias era o sonho dos colonos, a abertura das vicinais, ou ramais, como era mais conhecida pela população de Moju, era algo que se almejava há muito tempo. Pois mesmo nas localidades mais próximas da sede, a dificuldade era muito grande pra se chegar com um transporte. O senhor Francisco dos Reis e Silva, um dos moradores da vila do Sucuriju¹⁵, relembra como era a estrada que passavam em frente de sua localidade.

Não, não, não tinha estrada nessa época, na época que quando meu pai chegou aqui no Moju era pra mata, da cidade pra cá pro centro. Eu conheci essa área aqui caminho, hoje você vê uma beleza de estrada, ela não tem uma segurança 100% mas tem. Naquela época não. Se você quisesse ir lá na cidade, você tinha que ir andando, fazer suas comprinha pra chegar uma hora, hoje não.¹⁶

O senhor Francisco dos Reis relembra da dificuldade das pessoas em se locomoverem para a área urbana do município. Lembra que mesmo o município não tendo progresso, a parte de preservação estava mantida com a conservação de boa parte das terras ainda não terem sido causados grandes danos, como viria a acontecer nas próximas décadas. Mesmo este achando que a rodovia tenha trazido um desenvolvimento grandioso e uma oportunidade para os agricultores melhorarem suas produções, ele ainda guarda recordações das dificuldades que

¹⁵ A vila do Sucuriju era a segunda vila do trecho Moju Acará.

¹⁶ SILVA, Francisco dos Reis e. Lavrador, morador da vila do Sucuriju. Entrevista realizada em 10/01/2006.

essas pessoas tinham em escoar seus produtos, quando a estrada era feita apenas de precários "caminhos".

Era caminhando também, era só caminho. E ai quando foi em 68, antes do Tenente Reis, ele fez de 69 até 72, antes dele era o Oscar Miranda e ele tinha dois caminhões nessa época, ele tinha dois caminhões e ia buscar, que tinha dois galpões da Cata na época né, tinha a Cata, ele ia até o Ateua Grande, mas por dentro da mata, e foi evoluindo, evoluindo. Então, quer dizer que a estrada hoje ela é vice versa, cheia de curva por que ela ia buscar os lugarejos, onde tinha uma casinha, ai eles passavam lá pra pegar algum saquinho de farinha na época, um pouquinho de milho. Eu tenho conhecimento naquela que com 12 anos que eu já estava em 1970.

Mesmo assumindo a prefeitura de Moju no ano de 1983, o senhor Benedito Teixeira¹⁷, conhecido por Didi Teixeira, relembra com era o município de Moju quando este chegou à cidade.

Olha, Moju tinha cento e poucos anos e eu estranhei a idade de Moju e o desenvolvimento de Moju, por que eu vim de Almerin, uma cidade já desenvolvida e eu cheguei aqui estranhei, até pensava que não era cidade de Moju, eu pensava que era uma vila de Moju, mas era cidade mesmo, mas infelizmente o desenvolvimento tava muito longe ,não tinha luz, a luz ia até nove, dez horas da noite, tinha dois motores velhos ai todo arreventados todo tempo e servia até de galhofa pro pessoal que eles diziam assim, o pessoal perguntava "no Moju tem luz? Não eu passei de noite, tava no escuro", por que de dia eles viam se tinha poste né, (risos). Era assim mesmo, era verdade, ninguém pode tirar o que era verdade. E eu achava que era falta de administração que tinha Moju né, por que tu sabes que Moju é um lugar aconchegante né, um povo educado, um povo muito bom, e de terras férteis né, tinha tudo pra ser um município bem desenvolvido, mas administração que passaram foi uma lastima né. Só lembravam de fazer curral eleitoral e não se lembravo de progresso né, do município, foi assim.

Como a construção das rodovias que ligam Moju aos municípios de Acará e Tailândia é recente, as vilas ou povoados construídos na lateral dessas rodovias também não tinham um grande tempo de fundação. As povoações mais antigas do município estavam todas localizadas as margens dos rios Moju e de seus afluentes, como o rio Jambuaçu, rio Ubá, rio Cairari e outros menores.

¹⁷ TEIXEIRA, Benedito de Azevedo. Ex-prefeito de Moju no período de 1983 a 1987. Entrevista realizada em 20/04/2006.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2especial1p113>

É melhor dizer que quem chegou primeiro aqui foi meus pais, lá pelo ano de 1952. Eles chegaram aqui, poucas famílias e eles faziam parte dessas poucas famílias. Eu já nasci no dia 07 de abril de 1955, então eu passei a ser um herdeiro também da localidade e tava com sete oito anos de idade e comecei a trabalhar na roça junto com meu pai. No ano de 71, 72, aqui não existia assim uma comunidade legalizada pela Paróquia ou pela Diocese, lá a nossa participação religiosa era tudo no Sarapoí, culto dominical, aula de catecismo, missa, tudo era no Sarapoí. Então em maio de 1974 eu já tinha a minha família, então através da minha mãe a gente criou uma comunidade aqui nesse local, São Pedro (...).¹⁸

A comunidade citada pelo senhor Aldenor que foi criada em 1974 mostra bem que antes dessa data, não existiam as comunidades ou vilas que hoje estão localizadas na lateral das rodovias PA 150 e PA 250. Sem sombra de dúvida não existiam por que não estavam construídas essas rodovias. Somente com a construção de duas rodovias é que novas famílias começaram a habitar esses povoados para nas décadas seguinte começarem a se configurarem como vilas. Ainda falando sobre as vicinais e a rodovia PA 150, o senhor Benedito Teixeira nos remete a um imaginário da precariedade em que essas transversais e a rodovia principal estavam submetidas. Para este memorialista, no município quase não existiam estradas vicinais. Os poucos ramais que existiam eram o do Jupuíba e o que ia para a cidade do Acará, muitos precários. Quando este assumiu a prefeitura, é que foram feitos novos ramais. A estrada que ligava Tailândia não existia, começou a ser construída na década de 1970, e como este recorda, era toda esburacada, "cheia de cratera".

As estradas vicinais, quase não tinha estradas vicinais, tinha o Jupuíba, essa estrada que vai pro Acará, que já tinha também Moju Acará que chamava, os ramais ali pelo Jambuaçú não tinha ramal, tinha o ramal do São Pedro, o dono da fazenda parece que fez aquele ramal que eu acho que não foi nem a Prefeitura, foi o dono da fazenda que fez, o resto a gente construiu também uns ramalzinho por ai. Aqui pela margem da estrada, eu fiz do alto Jambuaçú, fiz o ramal do Santo Antônio, eu fiz o ramal ali do Libório que tinha na época né. Não lembro bastante o que eu fiz. O Urubuputaua eu concluí, concluí com ponte, ali o Pau da Isca, chamavam Pau da Isca outros

¹⁸ SILVA, Aldenor dos Reis e. Ex – presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju e morador a vila do Sucuriju. Entrevista realizada em 08/01/2006.

chamam da Isca, mas eu chamava Pau da Isca né, na época, não sei se era Pau ou era da Isca. (...).¹⁹

Num período em que a Amazônia estava sendo "*integrada*" para o restante do Brasil, era necessário que se fizessem estradas para que estas pudessem fazer realmente a ligação das populações e principalmente da produção que deveria ser efetivada nesta região. Como no município de Moju vários projetos agroindustriais estavam sendo instalados, era necessário que as estradas fossem construídas definitivamente, não para que isso viesse beneficiar diretamente a população do município, mais sim os empreendedores que estavam se dirigindo para lá. Vale lembrar que só na rodovia PA 150, que liga Moju a Tailândia, foram instalados diversos projetos agroindustriais voltados para a agropecuária e para a plantação de dendê. Já na rodovia PA 252, que liga Moju a Acará, foi instalado o grandioso projeto denominado Socôco. Percebe-se então na fala do ex-prefeito de Moju, que sua intenção parecia ser boa, mas que politicamente, havia mais do que bondade na construção destas obras, ou seja, além de beneficiar os donos de investimentos, também, tinha a intenção de atrair novos investidores.

A chegada dos projetos agroindustriais

Como as rodovias PA 252 e PA 150 já estavam praticamente construídas em fins da década de 1970, a primeira ligando o município de Moju ao município de Acará, e a segunda ligando Moju ao então distrito de Tailândia, alguns grupos de acionistas decidiram investir seus recursos somados a outros milionários empréstimos (ou pelo menos utilizavam esses discursos em seus projetos quando iam em busca dos benefícios na região mojuense). Não existem dúvidas de que a abertura das rodovias e esses empréstimos feitos com o aval da Superintendência de

¹⁹ TEIXEIRA, Benedito de Azevedo. Ex-prefeito de Moju no período de 1983 a 1987. Entrevista realizada em 20/04/2006.

Desenvolvimento da Amazônia tenham sido os grandes atrativos para esses homens que se instalaram na região.

Nos tempos atuais, a ocupação territorial do interior distante ganhou um sentido totalmente diverso. Para os pobres, é o movimento de fuga das áreas que os grandes proprietários e as empresas vêm ocupando progressivamente. Para os ricos, é um território de conquista. A ocupação territorial se faz em nome da propriedade privada da terra, da relevância econômica da propriedade fundiária como fonte de renda territorial e como incentivos fiscais e subsídios públicos.²⁰

Antes da década de 1960, quando os governantes brasileiros não tinham um projeto exclusivo de desenvolvimento para a Amazônia, os problemas relacionados com a terra existiam de forma inferior aos que foram criados Pós-Ditadura Militar e que começaram a se intensificar após a instalação de projetos agroindustriais. Foram os incentivos fiscais que atraíram inúmeros projetos desenvolvimentistas para a região transformando-a no cenário de mudança, uma vez que o colono agora dava vez aos ricos empresários que planejavam outro tipo de utilidade para as terras, onde o grande objetivo agora era a produção para comercialização, exportação.

Ao discutir os incentivos fiscais destinados para a Amazônia legal, Petit (2003) nos mostra que os primeiros incentivos fiscais dados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia estiveram destinados primeiramente à capital paraense e seus arredores, sendo posteriormente liberados créditos para programas de agricultura ou agroindústrias que estivessem localizados nos municípios da Amazônia.

Num primeiro momento, os incentivos fiscais foram exclusivamente destinados a estimular as atividades industriais na Amazônia Legal, especialmente na área metropolitana de Belém, sendo os principais beneficiários os empresários locais. Em outubro de 1966 (Lei nº 5.174, 27/10/66), foi reformulada a política de incentivos fiscais com o intuito de estender esses benefícios também a projetos agropecuários a serem

²⁰ MARTINS, José de Souza. A Vida Privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira, "História da vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira". IN: Novaes, FERNANDO A. (Org.) História da Vida Privada no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 1998, p. 664.

implementados na região, nos mesmos termos que os incentivos fiscais vinham sendo aplicados na área de atuação da Sudene. Num outro tipo de projeto, uma das principais justificativas para os incentivos fiscais, a serem aplicados, quer na Amazônia Legal quer no nordeste, era a falta de capital nessas regiões para a modernização das suas economias.²¹

Os principais projetos agroindustriais que chegaram ao município se destinaram a áreas que ainda não estavam “desbravadas”, e para ajudar no desenvolvimento e no progresso do município estas seriam de fundamental importância. Próximo das rodovias seria mais fácil escoar a produção, estas teriam como criar uma mobilidade mais eficaz, com a vinda de mão de obra para o trabalho, e para locomoção seriam muito mais prático.

É verdade que esses projetos só começam a chegar ao município de Moju alguns anos depois da implantação do golpe dos militares, mas como bem frisou Petit, a construção da Belém-Brasília foi sem sombra de dúvida um dos atrativos para que grupos empreendedores se dirigissem para essa região, pois a demanda de pessoas vindas, principalmente do Nordeste em busca de terras ou para servirem como mão de obra era um dos fatores que impulsionavam esses recursos para a região.

Porém, se a construção da rodovia federal atraiu de imediato incentivos para a Amazônia e principalmente para o estado paraense, com a abertura das rodovias estaduais em Moju, não foi diferente. É verdade que para regiões mais distantes e que não ficavam na lateral de nenhuma rodovia, como a região do alto Moju, também diversos projetos foram ali implantados.

A Reasa começou a se instalar lá por volta de 1977, ela comprou três mil hectares e chegou a ter dez mil hectares. A Socôco comprou um terreno de 200 hectares do Massarraro que era um japonês lá pelo ano de 78. A

²¹ PETIT, Pere. Chão de promessas: elites políticas transformações econômicas no estado do Pará pós – 1964. Belém: Paka-Tatu, 2003, p. 90.

Agropalma ela começou a se instalar lá pelo ano de 78 ai no km 70 da PA 150.²²

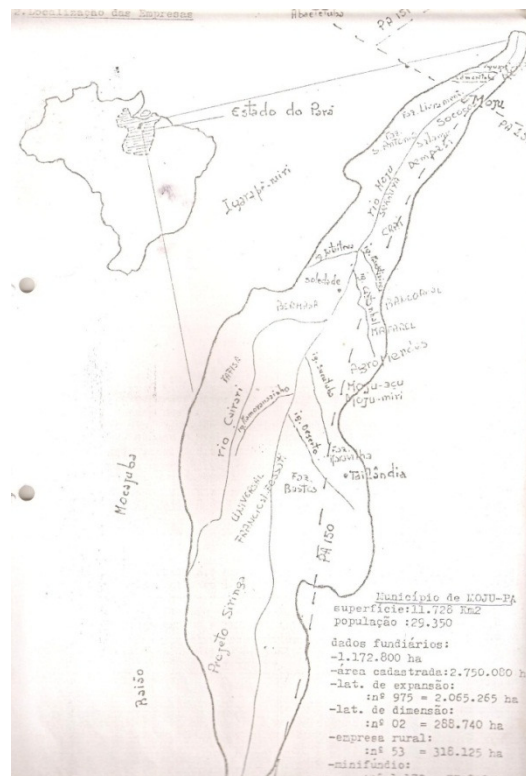


Imagem 01 – Mapa de Moju e a localização das empresas na década de 1980 (Fonte CPT Guajarina)

Na metade da década de 1980, o município mojuense já estava com seu território bem demarcado por diversos projetos agroindustriais, como é possível ver no mapa acima. Dossiês eram feitos pelo então Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município junto com a Comissão Pastoral da Terra da região Guajarina e encaminhados às autoridades do Estado. Em vários desses empreendimentos haviam conflitos com moradores dessas localidades. Um dos casos emblemáticos ocorreu no dia 29 de fevereiro de 1984, quando o então presidente do Sindicato dos

²² SILVA, Aldenor dos Reis e. Ex – presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju e morador da vila do Sucuriju. Entrevista realizada em 08/01/2006.

Trabalhadores Rurais de Moju, Virgílio Serrão Sacramento²³, acompanhava um grupo de lavradores de uma comunidade que estava em litígio com a empresa Serruya em uma audiência com o promotor de Justiça Raimundo Maués, foi preso por vinte e cinco horas.

Dentre esses projetos citados que realmente conseguiram se desenvolver, apenas dois estão na ativa e com potenciais elevados de produção, que são a empresa Socôco, produtora de coco localizada na Rodovia PA 252, que liga Moju a Acará e o da Agropalma, que é produtora de dendê e beneficiadora do óleo dessa palmeira, localizada na Rodovia PA 150, entre Moju e o atualmente município de Tailândia. A Reasa não conseguiu desenvolver seu projeto na região devido a inúmeros conflitos em que esta se envolveu e como muitas pessoas comentariam depois, boa parte de seus recursos conseguidos junto a Sudam teriam sido desviados para outros investimentos em outras regiões do Brasil.

Na maior parte dos casos, ou quase que na sua totalidade, as famílias que viviam no município de Moju e possuíam uma determinada área de terra, um lote²⁴ ou mais, como era denominado a propriedade rural, não possuíam uma cerca feita de arame para separar suas propriedades. Apenas uma demarcação era feita às vezes com um piquete que simbolizava essa separação. Em outros casos, apenas a confiança múltipla seria suficiente pra saber a quem pertencia determinada área mesmo sem a presença de piquetes.

²³ Virgílio Serrão Sacramento era natural do município de Limoeiro do Ajuru. Chegou em Moju por volta dos anos de 1977. Tornou-se animador da sua comunidade, São Pedro, na vila do Sucuriçu. Sindicalizou-se junto ao STR e tornou-se delegado sindical. Em 1983 junto com outros lavradores venceram as eleições sindicais com a famosa chapa 2. Foi presidente até o ano de 1986. Em abril de 1987, ocupando diversos outros cargos junto ao STR, CUT – PA, FETAGRI-PA, Partido dos Trabalhadores, foi assassinado em abril desse ano. Deixou viúva Maria do Livramento Diniz Sacramento e onze filhos, José Dorival, Maria Dinalva, Edna do Socorro, Sandra Regina, Elias, João Agnelo, Maria de Lourdes, Marlene, Ilene, Virgílio e Noemi que tinha seis meses na época. Em 2015 foi entregue um certificado da Comissão da Verdade em reconhecimento por sua luta em defesa dos trabalhadores na Amazônia.

²⁴ Um lote de terra significava uma demarcação equivalendo 250 metros de frente por 1.000 metros de fundo, contendo dentro desse lote outra medida, que seria de 25 hectares de terra.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2especial1p113>

Entretanto, a distinção, que parecia “bastante clara” de acordo com as relações de propriedade capitalistas, significava uma ruptura na estrutura tradicional dos costumes e dos direitos dos aldeões: a violência social dos cercamentos consistiu precisamente na imposição total e drástica das definições de propriedade capitalista sobre as vilas antes dos cercamentos, durante séculos, mas coexistiram com os costumes e com os elementos de autonomia presentes na estrutura da comunidade pré-capitalista da vila, que – embora estivessem indubitavelmente se desintegrando sob a pressão do aumento populacional – persistiram com um vigor notável em diversos locais.

A grande diferença dos projetos agroindustriais que estavam se instalando no município de Moju para os colonos que viviam na região estava no modo de produção, uma vez que as famílias estavam inseridas em um modelo econômico tradicional, baseado na produção para auto sustentação, sendo comercializado o excedente. Essa era uma prática de longa geração na Amazônia, principalmente em regiões isoladas dos centros urbanos mais desenvolvidos.

Por outro lado, os projetos agroindustriais tinham como meta a produção em larga escala, sempre pensando no excedente. A comercialização da produção das empresas instaladas em Moju era o objetivo dos financiamentos dos governos militares. Além dos projetos agroindustriais estarem chegando no município de Moju em fins da década de 1970, um outro fenômeno também acarretou mudanças na estrutura familiar e no modo de vida de algumas populações. Foi o fato de vários japoneses terem se instalando e trabalhado uma nova economia, que posteriormente algumas famílias, em menor escala depois também começariam a trabalhar.

Todo esse processo de expansão do modo de produção capitalista em Moju traz em sua esteira processos de concentração e de grilagem de terras. Foi o que observou o recente levantamento do Conselho de Nacional de Justiça – CNJ (2010), constatando que da área real do município de 903,385 hectares tinha-se um estoque de terras nos cartórios maior doze vezes ao tamanho da base territorial do município. Daí já se pode ter uma ideia das origens do processo de sobreposição de títulos de terras na Amazônia e, em especial, no Pará. É a origem do chamado “beliche”

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2especial1p113>

fundiário. Ou seja, só o Estado do Pará tem sua área oficial em 124.768.951,10 hectares. No mesmo levantamento da CNJ constatou que sua área real (494.786.345,307ha). Indicação de um processo violento de grilagem de terras e de sobreposição de títulos que, como vimos, não começa hoje. A imagem abaixo destaca o tamanho real e o "beliche" no município de Moju.

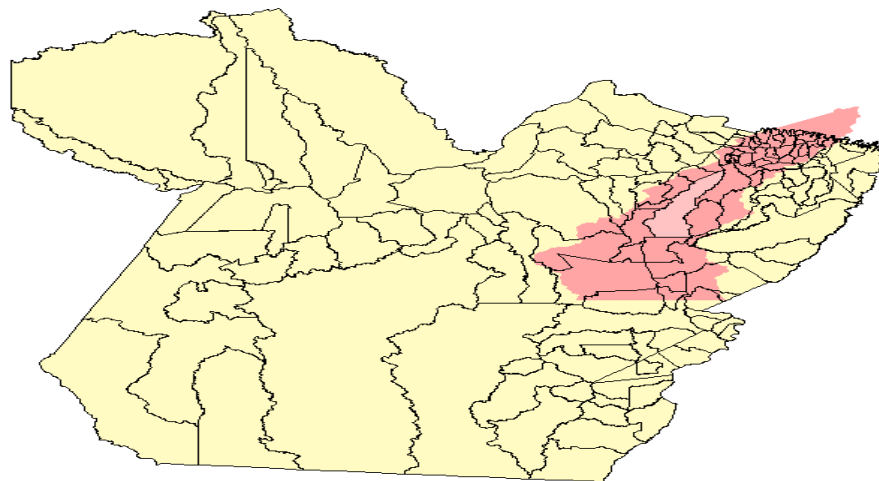


Imagem 02 – O "beliche fundiário" no município de Moju (Fonte – CNJ, 2010)

A chegada de alguns japoneses também mudou o cenário do município de Moju, em menor escala, mas de forma considerável trouxe uma mudança na estrutura de produção, que foram os trabalhadores assalariados. Em fins de 1970 haviam várias famílias japonesas que trabalhavam, principalmente com a cultura da pimenta-do-reino e que necessitavam de uma ampla mão de obra pra essa lavoura. Um dossiê²⁵ sobre os principais projetos agroindustriais que até então haviam se instalado em Moju foi elaborado pela equipe Paroquial, que era formada pelas freiras Rosa e Adelaide, além do padre Sérgio Tonetto, no início dos anos de 1980 e denunciava a presença desse grupo e de que maneira estes começavam a trabalhar no município.

²⁵ Dossiê sobre os projetos agroindustriais instalados em Moju. Fonte: CPT Regional Norte II. Belém – Pará.

Esse documento mostra que foram os japoneses um dos primeiros grupos a utilizarem a mão-de-obra assalariada em Moju. Os nipônicos haviam se instalado em várias localidades, como Sarapoí, Sucuriju, Pirateua e Trindade. A atividade utilizada por estes era da pimenta-do-reino. Porém, a forma de assalariamento era algo que preocupava a equipe paroquial e a Oposição Sindical, uma vez que o trabalhador rural deixava de trabalhar sua terra para se dedicar na colheita da produção dos japoneses, onde estes aproveitavam a farta mão-de-obra para pagarem um preço muito baixo pelo trabalho desses homens. Geralmente, era feito duas formas de pagamento para os trabalhadores, sendo a primeira em forma de diária, em que o valor estipulado por um dia de trabalho equivaleria a 5% de um salário mínimo. A outra forma de pagamento feito por esses proprietários seria pela produção, ou seja, era estipulado um valor para o quilo da pimenta, onde o trabalhador teria a possibilidade de ganhar um valor maior de acordo com aquilo que produzisse. Assim, muitas vezes se sacrificava o intervalo da 'merenda' e muitas vezes o almoço era realizado muito rápido para 'apanhar' o produto.

Situação dos assalariados: normalmente são cametaenses, que ficam na área uns meses para a safra ou preparação do terreno. Foi feito o levantamento em uma dessas áreas. Eis o resultado. Horário de trabalho: de 6 hs da manhã até 4 hs da tarde. Normalmente o trabalho é por empreita: para a safra da pimenta Cr\$ 2 por quilo. Num dia de trabalho o peão consegue Cr\$ 210 – 220. Diarista Cr\$ 120. Ninguém tem carteira assinada; o patrão não quer assinar. Na área do levantamento mora 12 famílias, todas cametaenses, por um total de 60 pessoas. Situação de moradia: três barracões divididos cada um em 4 quartos. Em cada quarto, de 4x6 m. aproximadamente, mora uma família. Num desses quarto moram até duas famílias. Nas proximidades não tem igarapé; dois poços fornecem água para qualquer precisão. Na maioria das crianças trabalham, por isso não podem frequentar a escola. Só umas frequentam na vila do Sarapoí. Presença de moscas, sobre tudo, no período da adubação do terreno. As crianças sofrem de verminose, e anemia.

O documento foi apresentado pela equipe paroquial de Moju já no início dos anos de 1980 e mostra que o cenário do município estava sofrendo grandes alterações por parte da entrada dos grupos que possuíam algum recurso financeiro

para criar um novo tipo de investimento na região. O documento citado apresenta e denuncia uma família japonesa pelo modo de tratamento e precárias condições que esta dava para os seus trabalhadores.

A grande questão não estava no sentido deste japonês ou de outros japoneses darem o trabalho para outras pessoas, principalmente os cametaenses, mas sobretudo como estes trabalhos eram realizados, numa espécie de exploração de suas forças, e sem dar condições de sobrevivência dignas, como moradia, uma vez que várias famílias dividiam um mesmo barracão, apenas dividido por paredes, sem dar condições para que os filhos destes pudessem frequentar a escola e sem água em condição potável para todas essas famílias.

Embora esses japoneses não contassem com grandes financiamentos, nem mesmo que fossem dos projetos de incentivos fiscais para o desenvolvimento da região, o modelo de produção implantados por estes também ajudaria nessa mudança de economia, uma vez que não eram só as famílias do município de Cametá que trabalhavam nestes projetos, sendo que famílias do município de Moju também não resistiam e acabavam prestando seus serviços na preparação e colheita, principalmente da pimenta-do-reino.

O japonês foi do tempo do Kimura que chegou pra cá. Mais o primeiro que chegou aqui foi o Massarraro que comprou esse terreno aqui defronte que era do seu Guimarães, aí a gente trabalhava com ele, aí depois que eles chegaram. Depois disso que chegou o Kimura aí. Aí o massarraro teve aí, depois foi embora, deixou o Kimura pagar ele, não sei que negócio ele fizeram, hoje é tudo do Kimura, hoje não, há muito tempo, há muitos é tudo do Kimura. Aí começou a aparecer dinheiro, o pessoal começaram a se desenvolver mais, foi assim que foi. Ali Sarapoi outra vez foi a mesma coisa, melhorou mais, desenvolveu mais com o custo dos japoneses, que ali tinha japoneses, por que o japonês ele não paga menos que um salário, ele paga justo um salário, então pra você ganhar uma graninha a mais, fazer uma empreitada boa de um japonês, olhe lá, por que ele só paga quase tudo um salário né, mas você no sábado você recebe, e por aqui isso tudo era só mata isso daqui, o campo da aviação findava ali, não tinha morador, muita

terra e gente, não tinha gente pra morar, e hoje tem mais gente do que terra.²⁶

O senhor Francisco relembra um tempo em que o município de Moju era pouco desenvolvido, e com a chegada desses japoneses, houve de certa forma um crescimento. É importante notar que os japoneses que se instalaram no município, ficaram mais localizados ao redor da rodovia PA 252, mas principalmente estes se localizaram nesta rodovia às proximidades da área urbana. Quando o senhor Francisco se refere ao terreno que o japonês de nome Massarraro comprou, este se refere ao terreno onde hoje está instalado o Campus da UEPA²⁷ no município de Moju, e que está localizado apenas a 1 km da área central da cidade.

Considerações finais

No livro "Almas da terra: a violência no campo mojuense", Sacramento (2012) apresenta o que foi a década de 1980 no município de Moju. Uma década repleta de grandes transformações, uma década em que o município sofreu drasticamente com os impactos de grandes projetos agroindustriais que ali se instalaram. Uma década com várias mortes, despejos de colonos, queima de roças de muitos trabalhadores rurais. Neste artigo, a intenção foi mostrar um pouco do que foram os anos iniciais desta década, quando através de alguns relatos orais e apresentação de documentos foi possível perceber que várias mudanças se deram já no início dos anos de 1980.

Vale lembrar, que a Amazônia, e mais precisamente o Estado do Pará, sofreu grandes impactos por conta dos projetos dos militares para a região como um todo, como nos mostra Flavio Pinto (2010) em um de seus trabalhos intitulado "Tucuruí: a barragem da Ditadura" que a construção desse megaprojeto causou impactos para uma grande área pertencente a chamada região do Baixo Tocantins que incluía municípios como Tucuruí, Cametá, Mocajuba, Igarapé Miri, Oeiras do Pará, Baião,

²⁶ RODRIGUES, Francisco Gomes. Lavrador aposentado. Entrevista realizada em 15/03/2006.

²⁷ O Campus da UEPA foi instalado em Moju no ano de 2000, sendo este construído apenas numa parte da área que pertencia ao japonês Kimura.

Tailândia, Barcarena, Abaetetuba, e Moju, sendo que alguns sofreram impactos diretos e outros indiretos.

Como nos mostra Guimaraes Neto (2006) em seu trabalho "Cidades da mineração, memória e prática cultural: Mato Grosso na primeira metade do século XX", quando nos fala sobre o 'caminho do nortista', da chegada de migrantes, principalmente para o rio Araguaia no sudeste do Pará. Ao trabalhar esse caso a autora reporta a várias memórias desses imigrantes, utilizando-se de suas lembranças. É o que procurei fazer aqui neste trabalho, mostrar por meio de alguns relatos e documentos as transformações que ocorreram no município de Moju, da diferença entre um tempo passado com características peculiares a uma Amazônia com poucas mudanças e transformações para um novo tempo, onde em uma velocidade extrema, sofreu grandes transformações, mudando muito a vida social, econômica e política da população mojuense. Os resultados de todas essas transformações tiveram grandes impactos em muitas comunidades e na vida desses moradores que passaram a conviver com elas por bem ou por mal.

Vale dizer que o município de Moju, nesses anos iniciais da década de 1980, viu de perto uma transformação antes nunca vista. Os desdobramentos desses eventos foram danosos para a população tradicional. Evidente que moradores de comunidades tradicionais habituados a outro modelo de vida sofreram com tudo isso. Onde houve a presença dos projetos agroindustriais, lá existiu conflitos, em maior ou menor grau, mas existiu. Em grande parte do território denominado quilombola, onde foi implantado o projeto da Reasa, várias tentativas foram feitas para expulsar moradores de seus espaços. Na comunidade do Ipitinga, por exemplo, já mais distante da região do Jambuaçu, pertencente ao território dos quilombolas, outros conflitos ali se estabeleceram, culminado inclusive com a morte de um vereador e dono da empresa Reasa no dia 07 de setembro de 1984 (SACRAMENTO, 2009: p. 73).

É claro que esta realidade, de grandes transformações não foram exclusividade do município mojuense. Em outros espaços da Amazônia, derramamentos de sangue foram uma realidade constante por conta da chegada dos diversos projetos agroindustriais. Mas Moju, não estava preparada para essa modalidade, como obviamente nenhum outro município estava. Assim, as famílias tiveram quem viver e enfrentar essa realidade, enfrentar o avanço do agronegócio, latifundiários, grileiros, fazendeiros, jagunços, pistoleiros e toda sorte do mundo. No meio desses embates, houve ganhos e perdas, para ambos os lados. Houve assassinatos e mortes. Mas também houve momentos interessantes, ricos do ponto de vista de coragem, como da invasão da área urbana do município de Moju no ano de 1988, quando aproximadamente 78 homens com rostos pintados de carvão e portando suas armas de caça, como espingardas, entraram na cidade pela manhã do dia 08 de janeiro em uma ação organizada e expulsaram pistoleiros, policiais, delegado de polícia que intimidavam e torturavam os populares (SACRAMENTO, 2012: p. 230).

Após a chegada dos projetos agroindustriais, o município nunca mais foi o mesmo. Porém, ficou claro para os proprietários ou donos desses empreendimentos que os moradores desses espaços resistiriam como resistiram, e nos dias atuais ainda resistem. Um exemplo é Sindicato dos Trabalhadores Rurais que permanece com seus princípios de defesa para os lavradores, ou como as comunidades quilombolas que estão organizadas com diversas associações procurando resistir à investidas dos mais diversos projetos que a todo custo ainda tentam apossar-se de suas terras, ou das testemunhas deste artigo que habitam seus espaços de morada, fazendo da terra seu bem maior, em uma relação de respeito e harmonia.

Referências

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Organizadora). **Fontes históricas**. 2ª. Ed.. São Paulo: Contexto, 2010.

GUIMARAES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da mineração, memória e práticas culturais**: Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato: ed. UFMT, 2006.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky, **Estado, Bandidos e Heróis**: Utopia e Luta na Amazônia. Belém – PA. Ed. CEJUP, 1997.

MARTINS, José de Souza. A Vida Privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira, "História da vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira". IN: Novaes, FERNANDO A. (Org.) História da Vida Privada no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História oral e interdisciplinaridade: a invenção do olhar (História oral e questões metodológicas). In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. **Os desafios contemporâneos da história oral**. Campinas: Unicamp, 1997.

PETIT, Pere. Chão de promessas: elites políticas transformações econômicas no estado do Pará pós – 1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PINTO, Lúcio Flávio. Tucuruí: a barragem da Ditadura (Edição **Jornal Pessoal**). Belém: Edição do autor, setembro de 2010.

RICCI, Magda. Um morto, muitas mortes: a imolação de Lobo de Souza e as narrativas da eclosão cabana. In: NEVES, Fernando Artur de Freitas & PINTO LIMA, Maria Roseane Correa. **Faces da história da Amazônia**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2006.

SACRAMENTO, Elias Diniz. **A luta pela terra numa parte da Amazônia: o trágico 07 de setembro e seus desdobramentos**. Belém: Editora Açaí, 2009.

SACRAMENTO, Elias Diniz. **As almas da terra**: a violência no campo mojuense. Belém: Editora Açaí, 2012.

SAUER, Sérgio. **Violação dos direitos humanos na Amazônia**: conflito e violência na fronteira paraense. Goiânia: CPT; Rio de Janeiro: Justiça Global: Terra de Direitos, 2005.

SCHMINK, Marianne & WOOD, Charles H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia** [tradução de Noemi Myiasaka Porro e Raimundo Moura]. Belém: Ed. UFPA, 2012.